

Ecoturismo em áreas protegidas: um olhar sobre o perfil de visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca, Minas Gerais, Brasil.

Altair Sancho-Pivoto
Departamento de Turismo - UFJF
altair.sancho@ufjf.edu.br

Alexandre Fonseca Alves
Graduando em Geografia - UFJF
aalves.aa728@gmail.com

Maria Clara Rezende Rocha
Graduanda em Turismo - UFJF
mamclararezende@gmail.com

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo a realização de um estudo sobre o perfil de visitantes do Parque Estadual de Ibitipoca- PEIb (Lima Duarte, Minas Gerais, Brasil), com o intuito de melhor compreender seus hábitos de viagem, motivações e nível de satisfação em relação às experiências e à estrutura de uso público dessa unidade de conservação e, ainda, suas atitudes e grau de consciência socioambiental e de comprometimento com os pressupostos do ecoturismo. Essa investigação, de caráter qualitativo, consistiu em um esforço inicial de aproximação do perfil de visitantes do PEIb, por meio de levantamento bibliográfico e documental e, ainda, aplicação de questionários semiestruturados, sempre após a experiência de visita. Os resultados indicam a grande representatividade do Parque no cenário turístico regional e um alto nível de satisfação de seus visitantes em relação às experiências vivenciadas e à estrutura de uso público existente. Por outro lado, são ainda necessários maiores investimentos em ações voltadas à educação e interpretação ambiental, capazes de contribuir mais diretamente para a formação e conscientização dos visitantes e para a disseminação de práticas mais vinculadas aos pressupostos do ecoturismo.

Palavras-chave: Ecoturismo; Áreas Protegidas; perfil dos visitantes; Parque Estadual de Ibitipoca (MG)

Ecotourism in protected areas: a look across the visitor profile of the Ibitipoca State Park State Park, Minas Gerais, Brazil

Abstract

The present work had as objective the accomplishment of study about the Ibitipoca State Park's visitors profile (Lima Duarte, Minas Gerais, Brazil), with propose to better comprehend their travel habits, motivations and level of satisfaction about experiences and infrastructure of public use that conservation unit, and their attitude and level of social and environmental awareness and compromise with ecotourism values. This research, based on qualitative method, was an initial approach to Ibitipoca State Park's visitors profile and involved bibliographical and documental data collection, and application of semi structured questionnaires, always after the visit. The results indicate the great importance of the park in the regional touristic context and a high level of satisfaction with existing experiences and infrastructure of public use.

On the other hand, are still needed further investments in actions aimed to environmental education and interpretation, able to contribute more directly to the formation and awareness of visitors and to the dissemination of practices more linked to the ecotourism values.

Keywords: Ecotourism; Protected Areas; visitors profile; State Park of Ibitipoca (MG).

Introdução

Nos últimos anos, experiências ao ar livre e em contato com a natureza vêm sendo cada vez mais valorizadas, sobretudo por populações residentes em cidades que, frequentemente, convivem com situações de perda de qualidade de vida associadas ao tráfego intenso de veículos, altas taxas de poluição, ritmo de vida acelerado, aumento de doenças como hipertensão, diabetes e estresse, ausência de equipamentos e áreas para a prática de lazer e que promovam relações de sociabilidade (Romagosa, 2018; Dall'Oglio, Sheng e Benitez, 2017; Sancho-Pivoto e Deus, 2015; Szeremeta & Zannin, 2013; Lee & Maheswaran, 2012; Queiroz e Bradford, 2012).

Esse cenário influencia diretamente o setor de viagens e turismo, que também registra um contexto de valorização de experiências vinculadas à natureza nas últimas décadas, tanto em relação ao número de pessoas, quanto ao número de modalidades praticadas. Desde a década de 1970, segundo Brasil (2010, p. 13), “as preocupações com o desenvolvimento econômico, a degradação do meio ambiente e as questões sociais alcançaram a atividade turística, tanto na esfera acadêmica, quanto na das organizações civis, evidenciando a necessidade de conservação do meio ambiente por meio de técnicas sustentáveis”. Como forma de reação ao turismo de massa, geralmente associado a grandes transformações socioespaciais nos destinos receptores, teve início um debate sobre modelos menos destrutivos e mais alinhados às realidades locais, sob a égide do paradigma da sustentabilidade. Mais recentemente, as tendências de consumo verde ratificam a busca por vivências e lugares turísticos ancorados em princípios de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental (Tavares & Irving, 2009)

Ganha destaque, nesse contexto, modalidades como turismo ecológico, turismo de natureza e ecoturismo, inclusive por meio do estabelecimento de políticas e programas públicos em âmbito internacional¹ e, também, em âmbito do Brasil². Cumpre mencionar, contudo, que é muito

¹ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972); Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – ECO 92 (Rio de Janeiro); Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards

comum reconhecer interpretações que consideram os termos turismo ecológico, turismo de natureza e ecoturismo como similares. O Ministério do Turismo, por exemplo, no âmbito do documento “Ecoturismo: orientações básicas (2ª edição)”, aponta que a partir da publicação mencionada intitulada “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” (1994), “o *turismo ecológico* passou a se denominar e foi conceituado como “ecoturismo”:

(...) um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MTur, 2010, p. 17)

Parece necessário, contudo, delimitar diferenças conceituais entre os referidos termos. Fennel (2007 *apud* Oliveira, Strehlau & Ximenes, 2012), por exemplo, diferenciou turismo de natureza do ecoturismo, afirmando que o primeiro engloba outras formas de turismo como de massa, de aventura, de baixo impacto e ecoturismo, que usam recursos da natureza na sua forma selvagem ou sem desenvolvimento. Já o ecoturismo tem como premissa a sustentabilidade - uma forma não invasiva de turismo, baseado no aprendizado sobre a natureza, que é eticamente gerenciada para ter baixo impacto, com orientação local, e deve contribuir para a conservação da área.

Zacchi (2004), no âmbito desse debate, também afirma que a incompatibilidade entre os termos é a mesma entre teoria e prática. Neste sentido, os princípios do ecoturismo giram em torno da possibilidade de se promover suporte à conservação e proteção ambiental; potencializar a responsabilidade do operador com a utilização sustentada dos recursos; gerar parcerias com agentes locais e ONGs; desenvolver atividades de baixo impacto ambiental; manter constante monitoramento das atividades realizadas; proporcionar educação ambiental, e produzir benefícios econômicos às comunidades envolvidas visando o desenvolvimento do meio rural através da

Environmentally Sustainable Development Progress (WTTC, 1998); Declaração de Ecoturismo de Quebec (OMT, PNUMA, 2002).

²Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo (MICT, 1994); Marco Conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil, (1997); Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável (WWF Brasil, 2003), Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação (MMA, 2006); Programa Turismo nos Parques (MMA, 2008); *Ecoturismo: orientações básicas* (MTur, 2010), entre outros

participação das comunidades no desenvolvimento da atividade entre outros (Simonetti e Nascimento, 2012; Faco e Neiman, 2010).

Assim, segundo Selva e Coutinho (2000), o turismo ecológico é considerado o segmento no qual turistas e promotores de viagens procuram o contato direto com os mais diferentes ambientes naturais, entretanto sem a preocupação com o equilíbrio ecológico, ou mesmo com a compreensão dos fluxos e dinâmica que são estabelecidos no ambiente e sua relação com as práticas e modos de vida de comunidades locais.

Diante dessa delimitação conceitual e terminológica, é possível avançar no debate e chamar a atenção para a centralidade que as áreas protegidas como os parques adquirem no mercado de viagens voltado a experiências que implicam o contato com a natureza. Isso se dá justamente por oportunizarem aos visitantes um conjunto de vivências e atividades de caráter educativo, de lazer, descanso, saúde e bem estar, esportivas, recreativas e de interpretação ambiental, todas essas vinculadas aos objetivos e normativas de uso público dessas áreas (Dall'Oglio, Sheng e Benitez, 2017; Queiroz e Bradford, 2012; Sancho-Pivoto e Deus, 2015; MTUR, 2010; Giatti & Rocha, 2004).

Segundo Passold e Kinker (2010), embora não se tenham dados comprobatórios, há evidências de que o crescimento da visitação a unidades de conservação brasileiras está relacionado ao incremento do ecoturismo no país. Para Canto-Silva e Silva (2017, p. 369)

A busca pelo contato com a natureza, uma das principais características da demanda turística contemporânea (Giatti, 2004), o desenvolvimento do turismo de base local, muitas vezes associado a unidades de conservação (Ferreira, 2014), e a oferta crescente de diferentes tipos de experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre (Passold & Kinker, 2010) são fatores que apontam para o incremento deste segmento turístico no país.

As experiências vinculadas ao ecoturismo no contexto de áreas protegidas envolvem, portanto, a possibilidade de conhecimento e vivência de patrimônios naturais e culturais da sociedade, o que pressupõe priorizar condutas e modelos de planejamento e gestão comprometidos com a conservação da sociobiodiversidade, formação de uma consciência ambientalista por meio de iniciativas de educação e interpretação ambiental (tanto para turistas quanto para moradores), fortalecimento de modos de vida e práticas socioculturais e, ainda, apoio aos processos endógenos

de desenvolvimento socioeconômico dos destinos. (Dall’Oglio, Sheng e Benitez, 2017; Canto-Silva e Silva 2017; Sousa *et al.*, 2015; Passold e Kinker, 2010).

Mas, até que ponto esses pressupostos de conduta e de desenvolvimento associados ao ecoturismo se efetivam na prática? Quais os desafios aí existentes?

Para alguns autores, a plena efetivação desses propósitos ainda se apresenta como um grande desafio, já que, comumente, as experiências vinculadas à natureza tem demonstrado uma tendência de reprodução de lógicas consumistas e individualistas, que enfatizam a perspectiva econômica nas relações e na condução dos processos de desenvolvimento associados ao turismo, geradoras de situações de exclusivos e com grande potencial de degradação ambiental (Lopes, 2019; Lobo e Moretti, 2008; Cruz, 2007). Segundo Lopes (2019, p. 111), em muitos casos, localiza-se o contexto de emergência do turismo e das suas modalidades ecológicas como possibilidade de expansão dos circuitos do capital através de uma proposta supostamente renovada de desenvolvimento. Trata-se de uma tentativa de se resolver a insustentabilidade da formação econômico e social capitalista sob uma roupagem ecológica que a (re)produção dos espaços turísticos contém. Proposta que já nasce reformada e não contém a possibilidade da crítica, quiçá da ruptura com as relações capitalistas de produção.

Lobo e Moretti (2008), por sua vez, ao investigarem o caso de Bonito (MS), apontam que o modelo aí praticado caracteriza-se como o de turismo em áreas naturais com uma “*roupagem de ecoturismo*”, ainda distante, portanto, dos pressupostos e objetivos ecoturísticos, como preocupação com a geração de impactos sobre os ecossistemas visitados, disseminação de ações educativas e envolvimento das populações locais, seja na prestação de serviços, seja no recebimento dos benefícios associados à visitação.

Ao mesmo tempo, diversas pesquisas procuram evidenciar as contradições inerentes aos processos de desenvolvimento associados ao turismo em áreas naturais, ao revelarem efeitos positivos e negativos no contexto de áreas protegidas. O tema dos impactos gerados e os desafios associados à manutenção da qualidade da experiência de ecoturismo em áreas naturais vêm ganhando destaque entre pesquisadores (Sancho & Alves, 2017; Holanda & Arruda, 2004). Por um lado, Dias (2008 *apud* Teles, 2014) afirma que o ecoturismo é apontado como um caminho para o crescimento da consciência dos valores ambientais e pode servir como ferramenta para financiar a

proteção das áreas naturais e aumentar sua importância econômica. Alguns autores também chamam a atenção para o potencial de estreitamento da relação ser humano e natureza, de geração de renda e criação de postos de trabalho fixos e temporários para as populações locais, de captação de divisas e atração de investimentos, de conservação de atributos naturais, disseminação de princípios ecológicos, valorização e proteção de patrimônios paisagísticos, entre outros. Por outro lado, o aumento da visitação é responsável também por gerar grande pressão sobre os ecossistemas (seja nos territórios dos parques ou no seu entorno direto), alterar modos de vida, costumes e práticas cotidianas, influenciando as relações de sociabilidade de populações locais, ritmos e temporalidades, noções de valor de uso e valor de troca, bem como acirrar problemas sociais diversos (Sancho & Alves, 2017; Cassiano, Silva, Severian, Lopez-Richard, Ribeiro e Silva, 2014, Sandeville Júnior & Suguimoto, 2010).

Frente à complexidade dos impactos associados à visitação de áreas naturais, Cassiano *et al.* (2016), destaca, por exemplo, que a existência da legislação, regulamentação e medidas de controle são de extrema importância, pois constituem pré-requisito para o desenvolvimento de uma estrutura adequada para a gestão do turismo, sobretudo quando se busca a integração com a biodiversidade local. Outras iniciativas nessa direção contemplam a construção participativa de planos de ordenamento do turismo no entorno direto de áreas protegidas ancoradas em pressupostos de sustentabilidade e desenvolvimento socioambiental, incremento de infraestrutura de uso público dos parques, pesquisas sobre o perfil da demanda e promoção de condutas e práticas de visitação mais conscientes e responsáveis (Sancho e Alves, 2017; Queiroz e Bradford, 2012; Barros, 2003).

No caso específico das pesquisas sobre visitação de áreas protegidas, foco deste trabalho, um dos desafios consiste justamente na melhor compreensão do perfil dos visitantes, de suas preferências, motivações, formas de organização da viagem, tipo de experiência desejada, nível de conscientização sobre aspectos ambientais e socioculturais, aspectos mais valorizados e problemas identificados, percepções, expectativas, valores e condutas, entre outros.

Esse conjunto de informações auxilia sobremaneira o delineamento de ações de manejo e planejamento nas UCs. Essas ações envolvem, por exemplo, o aprimoramento de atividades e programas direcionados aos visitantes, em prol de experiências com maior aprendizado associado, buscando auxiliar na diminuição dos impactos ambientais resultantes, incremento da qualidade da

experiência de visitação e contribuição aos esforços de preservação, conservação e revitalização de ambientes naturais e culturais. Ainda, contribuem para o melhor entendimento sobre o impacto econômico da visitação, tanto para o parque quanto para seu entorno direto, indicando os reais efeitos sobre a geração de divisas e aumento de renda para a população local (Brandão *et al.* 2018, Dall'Oglio, Sheng e Benitez, 2017; Sancho e Alves, 2017; Queiroz e Bradford 2012, Teramussi, 2008; Dutra *et al.* 2008).

Niefer (2006) chama atenção para a importância de que pesquisas dessa natureza sejam incentivadas nas unidades de conservação com potencial de atração de visitantes, justamente por orientarem o planejamento da visitação, o reconhecimento dos efeitos e transformações associados e, também, a formatação de produtos turísticos mais especializados. Quando os gestores de UCs conhecem as características e os motivos que levam o público a visitar as áreas naturais, torna-se possível desenvolver estratégias para a projeção das atividades de turismo, lazer e educação ambiental mais eficazes e comprometidas com os objetivos de conservação ambiental, além de fornecer informações sobre a relação entre nível de atendimento de expectativas dos visitantes e atrativos e infraestrutura de uso público existentes (Dall'Oglio, Sheng e Benitez, 2017; García, 2017; Canto-Silva e Silva, 2017; Carré, 2007; Niefer, 2006).

Outro aspecto central nas pesquisas sobre perfil de visitantes de áreas protegidas é o reconhecimento do nível de consciência ambiental e a postura assumida durante as experiências de visitação. Barros e Dines (2000), por exemplo, consideram os ecoturistas aqueles que demonstram ter uma maior consciência sobre a importância da conservação ambiental, pois quando esclarecidos, podem trazer benefícios, como a execução de projetos para a prática de educação ambiental. Dutra *et al.* (2008), por sua vez, acreditam que o interesse dos visitantes por maiores informações pode resultar na criação e na conservação de atrativos naturais e culturais. Já Kinker (2002), indica que a frequência de viagens a áreas naturais para o lazer reflete na conscientização ambiental do viajante, mas destaca que são as atitudes e as atividades dessas pessoas relacionadas à natureza que as qualificam, ou não, como ecoturistas. Nessa mesma linha de pensamento, Western (1995 *apud* Zacchi, 2004, p. 10) afirma que:

Ecoturismo, em outras palavras, envolve tanto um sério compromisso com a natureza como responsabilidade social. Essa responsabilidade deve ser assumida

também pelo viajante. A expressão viagem responsável, outra designação para ecoturismo, envolve objetivos semelhantes. The Ecotourism Society oferece uma definição um pouco mais completa: Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local (WESTERN, 1995 p. 17).

Barbosa e Zamboni (2000), em estudo sobre o turismo em Bonito (MS), afirmam que os turistas se mostravam interessados em apreciar a beleza cênica do lugar, mas não em obter conhecimento sobre o habitat. Casos como esses enfatizam a necessidade de investimentos, por parte das áreas protegidas e pelos destinos receptores, em ações de caráter educativo, voltadas à disseminação e ampliação de uma consciência ambientalista tanto para visitantes quanto para moradores. Rocha (1997), por exemplo, realizou uma pesquisa sobre os quatro principais pontos que os programas de educação e interpretação ambiental devem ter, além dos objetivos gerais das UCs, e são eles: “1) criar ou fortalecer apoio público; 2) criar ou melhorar canais de comunicação entre a UC e a população; 3) desenvolver a consciência conservacionista e promover o reconhecimento local quanto à importância das UCs; e 4) servir como instrumento de envolvimento e participação pública”. Com isso, a divulgação de práticas sustentáveis e atitudes conservacionistas é uma excelente forma de incentivar outros indivíduos a reconhecerem o compromisso na conservação das áreas naturais protegidas.

Inspirados nesse debate, o presente trabalho teve como objetivo reconhecer o perfil de visitantes do Parque Estadual de Ibitipoca (Minas Gerais, Brasil), de forma a melhor compreender seus hábitos de viagem, motivações e nível de satisfação e, ainda, suas atitudes e grau de consciência socioambiental e de comprometimento com os pressupostos do ecoturismo.

Procedimentos metodológicos

A presente investigação, de caráter qualitativo, envolveu um esforço inicial de aproximação do perfil de visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca. Por meio de utilização de questionário semiestruturado, a equipe realizou 101 entrevistas, em dois períodos: junho de 2018, quando foram entrevistados 43 visitantes (com o apoio de dois técnicos da SETUR/MG), e junho de 2019, quando foram entrevistadas 58 pessoas. As entrevistas foram realizadas dentro do território do Parque, sempre ao final da experiência de visitação, com o objetivo de melhor compreender o tipo e forma de organização da viagem, motivações, preferências, gastos, nível de satisfação em

relação aos serviços e atrativos do parque. No segundo momento da aplicação dos questionários, em junho de 2019, além das questões supracitadas, buscou-se também apreender as atitudes, nível de consciência socioambiental e vinculação dos visitantes com os princípios do ecoturismo. Cumpre mencionar que, por se tratar de um estudo exploratório e de aproximação da realidade investigada, com caráter eminentemente qualitativo, as amostras não são representativas diante do universo pesquisado.

Para a elaboração e aplicação dos questionários, utilizou-se a plataforma *KoBoToolbox*, com seu conjunto de ferramentas para a coleta de dados de campo, com apoio de *tablets*. Após a conclusão do trabalho de campo, a tabulação e análise dos dados, que envolveu a geração de gráficos e tabelas, também envolveu a utilização da plataforma *KoBoToolbox*, juntamente com o programa *NVivo*.

Contextualização da realidade do Parque Estadual do Ibitipoca

O PEIb localiza-se em Minas Gerais, mais precisamente na Zona da Mata, sendo uma das unidades de Conservação mais visitada do país. O parque foi criado em 1973 e, atualmente abrange uma área de 1.488 hectares, compreendendo os municípios de Santa Rita do Ibitipoca, Bias Fortes e o Distrito de Conceição de Ibitipoca, pertencente a Lima Duarte. (Figura 1).

Quadro 1 “Visitação e Arrecadação de Divisas do PEIb”

Ano	Número de visitantes	Total de divisas (R\$)
Até julho de 2019	54.977	1.182.735,00
2018	85.598	1.856.708,50
2017	104.657	1.723.446,00
2016	89.063	1.519.386,00
2015	95.294	1.548.851,00
2014	78.138	1.219.308,00
2013	61.241	672.987,00
2012	58.162	650.742,00
2011	49.871	534.245,00
2010	52.964	526.343,00
2009	49.163	414.230,00
2008	34.288	273.150,00

Fonte: IEF/MG

Durante a análise das informações, nota-se que o ano de 2017 foi quando o PEIb mais recebeu visitas, com um total de 104.657. Esse número se dá muito em virtude da quantidade de visitantes permitida no Parque, na época, 1.200 pessoas diariamente. Esse número cai quase 20% no ano seguinte (2018), justamente porque o número permitido diariamente passa a ser de 600 visitantes. Apesar da diminuição no número de visitantes comparando os anos de 2017 e 2018, percebe-se uma maior arrecadação no ano de 2018, muito em virtude do aumento dos preços praticados no PEIb. A arrecadação do Parque abrange desde ingressos, estacionamento, camping até o aluguel dos espaços para loja, restaurante e lanchonete.

Resultados e discussão

A seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa sobre o perfil de visitantes do PEIb, em relação aos seus hábitos de viagem, motivações e nível de satisfação, bem como suas atitudes e grau de consciência socioambiental e de comprometimento com os pressupostos do ecoturismo.

De forma geral, os visitantes são provenientes dos Estados de Minas Gerais (57%) e Rio de Janeiro (37%), com destaque para residentes na cidade de Juiz de Fora, que se caracteriza como principal polo emissor para o Distrito Conceição do Ibitipoca e PEIb. O perfil de visitantes abrange

peças com faixa etária entre 30 a 39 anos (32%), com elevado nível de escolaridade (53% com superior completo), renda média de 4 a 10 salários mínimos (SM: R\$ 998,00), e que viajam em casal (37%) e com amigos (35%). Em relação à composição dos grupos dos visitantes, vale ressaltar que 83% dos grupos não apresentava nenhuma criança. A maioria dos entrevistados (88%) pernitoou na região, sendo que a maioria permaneceu três dias na região. Muitos desses visitantes que já estiveram no PEIb outras vezes, sendo que 39% deles possuem o hábito visitar a região pelo menos uma vez ao ano, motivados, sobretudo, pelo contato com a natureza (54%).

As principais atividades realizadas durante a visita ao PEIb são: contemplação da paisagem, fotografias e filmagens e banhos de rio e cachoeira, relatadas pela metade dos entrevistados. As experiências vivenciadas foram classificadas como “excelente” pela maioria dos visitantes (66%), que associaram tal avaliação com a possibilidade de contato com a natureza proporcionada pelo PEIb, bela beleza cênica e boa estrutura de uso público, com destaque para as condições das trilhas, em termos de sinalização e limpeza. A seguir, o quadro 2, apresenta um detalhamento do nível de satisfação dos visitantes em relação a diversos itens, classificados de 1 a 5 (Escala Likert), sendo que 1 significa “muito insatisfeito” e 5 “muito satisfeito”:

Quadro 2. Nível de Satisfação dos Visitantes do PEIb

Itens	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Não se aplica
Limpeza do Parque	0	0	1	9	90	1
Segurança contra acidentes	8	8	22	22	39	2
Instalações do PEIb	2	2	10	20	55	12
Vias de acesso a partir de Lima Duarte	31	17	28	9	10	6
Interpretação ambiental (painéis, folhetos, placas interpretativas, centro de visitantes, etc.)	11	6	18	26	37	3
Condutores	0	0	0	0	1	100
Nº de pessoas encontradas nos atrativos	2	0	10	20	69	0
Atividades realizadas durante a visita	1	0	1	5	93	1
Serviços	0	2	10	14	46	29
Condição das trilhas	0	0	5	24	71	1
Lixo nas trilhas	0	2	3	10	84	2

Fonte: Elaboração própria

Os dados evidenciam que o item melhor avaliado pelos visitantes foi a limpeza do Parque, com avaliação positiva por todos os entrevistados. Já o item com pior avaliação foi a qualidade da estrada de acesso até o PEIb, com 31 visitantes classificando como “muito insatisfeitos” e 28 “pouco satisfeitos”. Trata-se de uma estrada em grande parte não pavimentada, com relatos de presença de inúmeros buracos, o que acaba comprometendo a experiência dos visitantes. As melhorias na via de acesso principal ao parque constituem uma demanda antiga, tanto por parte de moradores e empresários do Distrito Conceição do Ibitipoca, quanto dos visitantes. Por outro lado, existe um grupo de entrevistados (cerca de 10%) que afirmou que a atual condição da estrada contribui para controlar o número de turistas na região (cujo aumento nos últimos anos já vem sendo percebido) e minimizar os impactos no meio ambiente natural.

Nota-se que o item “segurança contra acidentes” também dividiu opiniões. Apesar da maioria dos entrevistados relatar uma sensação positiva de segurança durante a visita (60%), uma parcela (22%) dos visitantes alegou que poderia existir um apoio mais direto da gestão do PEIb,

sobretudo em relação à presença de funcionários em atrativos e nas principais trilhas e disponibilização de informações prévias sobre como proceder em caso de acidentes e a estrutura de primeiro socorros existente no parque.

O tema referente às instalações do Parque, que abrange desde sanitários até estacionamentos e áreas de camping, recebeu uma avaliação positiva, sendo que 75% dos entrevistados alegaram estar satisfeitos ou muito satisfeitos. Entre as melhorias necessárias, pode-se destacar o abastecimento periódico dos banheiros com itens como papel higiênico e a ampliação da capacidade do estacionamento.

Já em relação à estrutura e ações voltadas à interpretação ambiental dos visitantes, que envolve a implementação de painéis e placas interpretativas, distribuição de folhetos, orientações de funcionários e existência de centro de visitantes, houve também um nível alto de satisfação, apesar de uma parcela significativa de visitantes ter mencionado que iniciativas nessa direção poderiam ter sido mais bem trabalhadas. Cerca de 30% dos entrevistados afirmou que a interpretação ambiental não era “visível” e que não eram informados nem orientados no início da visita sobre características gerais da UC. Houve ainda aqueles que afirmaram que o centro de visitantes poderia ser mais bem aproveitado, haja vista sua estrutura e a qualidade de informações existente, e que sua localização, entre a portaria e o estacionamento do PEIb, acaba não contribuindo para uma presença significativa de visitantes.

Sobre a utilização de serviços de “condutores ambientais”, observou-se uma unanimidade. Apenas 1 entrevistado fez uso desse serviço. Mesmo sem contar com o apoio de um guia local, muitos visitantes relataram que seria interessante o Parque realizar parcerias com os moradores do Distrito e capacitá-los para tal serviço, oportunizando assim uma experiência de maior qualidade em termos de aprendizado e de fruição dos atrativos. Cumpre mencionar que, recentemente, a atual gestão do PEIb tem fomentado a regulamentação de tal serviço, com vistas a promover um padrão de qualidade que incremente a experiência dos visitantes, sempre em consonância com os objetivos de conservação ambiental. Para tanto, é um dos apoiadores do Curso “Treinamento de Líderes no Ecoturismo e Turismo de Aventura” (realizado por “Aparados da Serra Adventure” e “Sauá Turismo” e com apoio da Prefeitura Municipal de Lima Duarte), que será um dos pré-requisitos para credenciamento de condutores ambientais no PEIb.

A visão dos entrevistados sobre as “atividades realizadas dentro do Parque”, como trilhas, cachoeiras, grutas, piqueniques, acampamentos, entre outros, foi muito positiva, recebendo avaliação máxima da grande maioria. Destaque para a “condição das trilhas”, avaliadas por 70% dos visitantes como “muito boas”. A pesquisa também procurou apreender a opinião dos visitantes sobre o “número de pessoas encontradas nos atrativos” e sua relação com a visita. Cerca de 70% afirmaram que a presença de outros visitantes não atrapalhou a experiência no PEIb, mesmo se considerado o número máximo de visitantes, à época, de 600 pessoas por dia. Atualmente, esse número subiu para 1000 visitantes/dia e, para continuar a garantir a qualidade da experiência, a gestão do PEIb tem realizado ações que visam limitar o número de pessoas nas diferentes trilhas da UC, de forma a distribuir o fluxo de visitantes.

Além do reconhecimento do nível de satisfação da visita, a pesquisa contemplou ainda uma investigação sobre a experiência de visitação e a visão dos entrevistados sobre a UC. Neste último caso, quando questionados sobre a importância e o papel desempenhado pelo PEIb, as percepções mais recorrentes envolveram: a preservação, contato com a natureza, educação e conscientização ambiental, entre outras, conforme demonstra a Figura 2.



Fonte: NVivo / elaboração própria

Figura 2. Importância e o papel desempenhado pelo PEIb.

Em seguida, os entrevistados foram solicitados a descrever, em uma palavra, o que mais gostaram durante a visita no PEIb. A seguir, na Figura 3, são apresentados os elementos de destaque:

**Quadro 3. Representatividade do PEIb na
decisão de viajar para a região.**

Escala	Nº de entrevistados
10	66
9	9
8	7
7	4
6	3
5	3
4	1
3	4
2	0
1	2

Fonte: Elaboração própria

Procurou-se, também, apreender o olhar dos entrevistados sobre a experiência de visitação no Distrito Conceição de Ibitipoca, com atenção para aspectos como poluição visual e sonora e percepção sobre o fluxo de veículos e congestionamentos.

Em relação à “poluição sonora”, a grande maioria dos entrevistados (86,2%) afirmou não ter presenciado situações de barulho que pudessem comprometer ou atrapalhar a visita ao distrito, ressaltando a tranquilidade característica do lugar. Alguns respondentes citaram as músicas

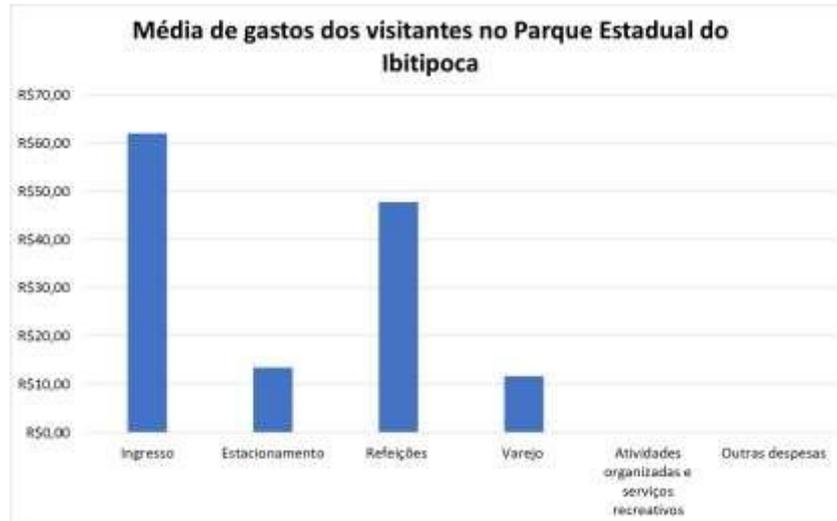
nos bares durante a noite e o barulho dos carros durante o dia, aspectos, segundo eles, muito comuns em lugares turísticos.

Já em relação ao índice de “poluição visual”, cerca de 60% chamaram a atenção para o excesso de placas de sinalização e de divulgação de pousadas e outros estabelecimentos, tanto no caminho de Lima Duarte até o Distrito, quanto nas próprias ruas e no centro turístico de Conceição do Ibitipoca. Na mesma direção, 61 entrevistados possuem uma avaliação negativa sobre o fluxo de veículos e congestionamentos, sobretudo em feriados e finais de semana com eventos, quando o distrito recebe grande número de turistas e, por não comportar tal demanda, as ruas ficam intransitáveis.

Outro propósito dessa investigação consistiu em estimar os gastos médios dos visitantes, realizados tanto no PEIb quanto no Distrito Conceição de Ibitipoca.

No caso específico do PEIb, há destaque para gastos com “ingressos” e “refeições”, como apontado pelo Gráfico 1, abaixo. Os gastos com “estacionamento” são menores em virtude da própria limitação do número de vagas dentro do parque. Em 2018, na primeira etapa da pesquisa, durante os dias de realização das entrevistas, a loja de *souvenires* localizada dentro do PEIb estava aberta, havendo, portanto, registro de gastos de visitantes com compras de itens de varejo. Já na segunda etapa, em 2019, a mesma loja se encontrava fechada durante os três dias de pesquisa na UC, situação que refletiu no volume de gastos registrado pela pesquisa. Os itens “atividades organizadas e serviços recreativos” e “outras despesas” não apresentaram nenhum gasto por parte dos visitantes já que o Parque ainda não oferece nenhum tipo de serviço aos turistas.

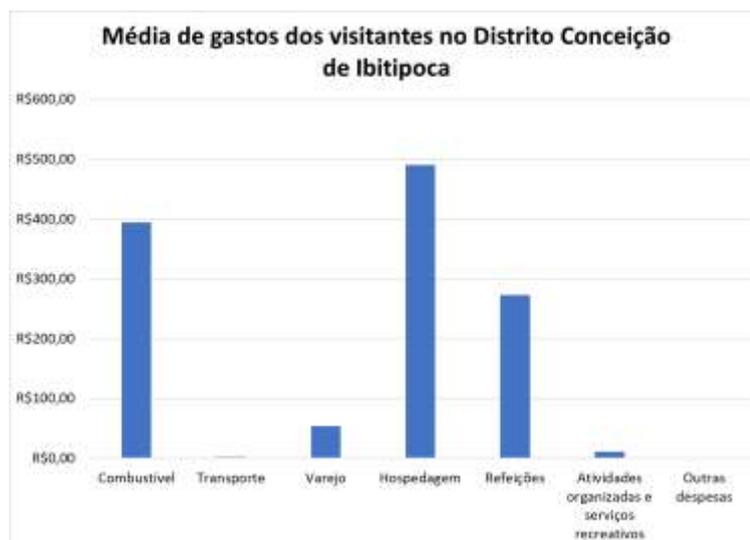
Gráfico 1. Média de gastos dos visitantes no PEIb



Fonte: Elaboração própria

Já no Gráfico 2, relacionado à média de gastos dos visitantes no Distrito Conceição de Ibitipoca, nota-se um destaque para os itens “hospedagem”, “refeições” e “combustível”, esse último referente aos gastos com deslocamento até o destino turístico. Alguns visitantes realizaram ainda gastos com “varejo” em lojas de artesanato local no distrito.

Gráfico 2. Média de gastos dos visitantes no Distrito Conceição do Ibitipoca



Fonte: Elaboração própria

Por fim, a pesquisa contemplou ainda uma investigação sobre as atitudes e o grau de consciência socioambiental e de comprometimento dos visitantes com os pressupostos do ecoturismo. Primeiramente, os entrevistados foram questionados sobre o entendimento sobre o termo “ecoturismo”. Em geral, as interpretações versam sobre experiências de contato em meio à natureza, um turismo de preservação e em área de preservação, a busca de paz e relaxamento na natureza, e o ecoturismo são reconhecidos, por muitos, como sinônimo de turismo ecológico, aspecto muito comum em pesquisas anteriormente mencionadas sobre perfil de ecoturistas. Apenas alguns entrevistados associaram o ecoturismo com uma prática que pressupõe o respeito com espaço natural, um turismo consciente e responsável, que envolve o interesse pelo conhecimento da cultura local, compromisso com a proteção e valorização do meio ambiente e com minimização de impactos gerados, um turismo que beneficia a população local. A questão da possibilidade do aprendizado e de incremento de uma postura ambientalista não foi mencionada por nenhum visitante.

De qualquer forma, a maioria deles se considera um ecoturista (65%), mas demonstram dificuldade em explicar os motivos dessa afirmação. As justificativas estiveram associadas à: “prioridade por destinos de natureza”, “vontade de estar em contato com o meio ambiente natural”, “por respeitar e ter consciência ambiental”, “depositar o lixo em locais adequados”. Foi possível perceber um pouco de dificuldade sobre o entendimento do termo em questão. Novamente, poucos entrevistados fizeram menção a aspectos como: aprendizado durante a visitação (educação ambiental), comprometimento do destino com adoção de práticas mais sustentáveis, contribuição direta com a melhoria de qualidade de vida de moradores locais e mesmo uma aproximação da cultura local, envolvendo trocas e compartilhamento de experiências e vivências.

O papel do turismo para a conservação do Parque é reconhecido por 71% dos entrevistados, que apontam, por exemplo, a cobrança de ingressos como um fator que auxilia na manutenção das infraestruturas do PEIb e nas ações de conservação. Além disso, a visitação à unidade de conservação oportuniza o contato com práticas de educação ambiental, ampliando assim o conhecimento e conscientização dos usuários. Existem aqueles que, ao contrário, reconhecem o potencial degradador do turismo em áreas naturais, associado ao número excessivo e ao mau

comportamento dos visitantes, o que justifica o investimento em ações de controle e regulamentação de visitação e, também, de conscientização ambiental.

Quando perguntados sobre a importância do turismo para a conservação do Distrito Conceição de Ibitipoca, a maioria dos entrevistados (60%) reconhece sua contribuição e participação para a economia regional, ao gerar oportunidades de emprego e renda para a população local em estabelecimentos que atuam na prestação de serviços aos turistas, ou mesmo trabalhando como autônomos (ver Figura 4, a seguir). Além disso, o turismo incentiva melhorias em infraestruturas do Distrito. Apenas um dos entrevistados apresentou uma percepção diferente, ao afirmar que “*sem o PEIB, o turismo não existiria; porém o turismo deve ser controlado para a contribuição na conservação e na cultura do distrito*”. Foi possível reconhecer, portanto, uma sobrevalorização da dimensão econômica do turismo conforme o olhar dos visitantes, em detrimento do seu papel para a conservação dos atributos naturais e da paisagem do distrito e, também, para o fortalecimento de práticas culturais locais e disseminação de pressupostos de sustentabilidade.



Fonte: NVivo / elaboração própria

Figura 4.

Esse tipo de percepção acaba trazendo apontamentos importantes quando se estuda o perfil de visitantes de unidades de conservação e sua aproximação com os pressupostos de ecoturismo. Como afirma Kinker (2002), é preciso estudar as atitudes dos turistas. Quando perguntados sobre o nível de contato ou envolvimento que tiveram com a cultura local, conforme o gráfico x, apenas 28% dos visitantes afirmaram ter esse tipo de propósito, seja conversando com donos de estabelecimentos e moradores, seja se hospedando em casas do distrito justamente para terem oportunidade de se aproximar da cultura local e participar mais ativamente de eventos e festas na região. Alguns deles possuem casas no distrito e região, aspecto que possibilita essa

proximidade e vivência da cultura de Ibitipoca. Já aqueles que mencionaram não ter tido contato ou um contato apenas superficial (62%), justificaram que não tiveram oportunidade, tempo ou mesmo vontade e, quando esse contato ocorreu, se concretizou por meio da prestação de serviços contratados.

Considerações Finais

Os resultados do estudo sobre o perfil de visitantes do PEIB revelam a grande representatividade do Parque no cenário turístico regional e o reconhecimento de seu papel para a conservação da biodiversidade e para a prestação de serviços ecossistêmicos, sobretudo aqueles relacionados à oportunização de contato com a natureza, contemplação da paisagem e melhoria de bem estar. Sua presença também é diretamente associada à movimentação econômica no Distrito Conceição de Ibitipoca, sobretudo quanto a geração de emprego e renda. Contudo, como já mencionado, poucos são aqueles que reconhecem que a presença de uma unidade de conservação pode significar também, no âmbito local e regional, um fator de disseminação de práticas conservacionistas, que valorizem processos de desenvolvimento do ecoturismo sob o viés da responsabilidade socioambiental e da sustentabilidade.

Em relação à avaliação sobre a visita ao parque, a pesquisa aponta para um alto nível de satisfação em relação às experiências vivenciadas e à estrutura de uso público existente. A maior parte dos entrevistados ainda interpreta sua experiência de visita como sendo “turismo de natureza”, com foco no contato com o meio natural, descanso e contemplação da paisagem. A busca por aprendizado e a adoção de práticas turísticas mais responsáveis, tanto na esfera do consumo consciente quanto de posturas mais comprometidas em relação à proteção da biodiversidade, à geração de impactos e à preocupação com a melhoria da qualidade de vida das populações do entorno, parecem ainda não figurar entre os aspectos mais valorizados pela maior parte dos entrevistados.

No caso específico do aprendizado, são ainda necessários maiores investimentos em ações voltadas à educação e à interpretação ambiental, capazes de contribuir mais diretamente para a formação e conscientização dos visitantes e para a disseminação de práticas mais vinculadas aos pressupostos do ecoturismo. A gestão das unidades de conservação assume, nesse contexto, papel central na implementação e/ou aprimoramento de ferramentas capazes de traduzir informações

técnicas e científicas para uma linguagem que aproxime os visitantes do patrimônio natural e cultural das UCs e promova a sensibilização sobre sua importância e proteção. A recente publicação do ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade “Interpretação ambiental nas unidades de conservação federais” (2018) chama a atenção para importância das ações de interpretação ambiental em UCs e para a necessidade de se considerar a diversidade de perfis e interesses dos visitantes, o que exige também a adoção de ferramentas diversas capazes de atingir os diferentes públicos. O documento reúne um conjunto de instrumentos que podem ser adotados nos esforços de sensibilização e educação ambiental de visitantes de unidades de conservação: sinalizações interpretativas, folders, visitas guiadas em centros de visitantes e nos atrativos da UC, palestras temáticas, painéis interativos, veiculação de vídeos, realização de exposições, distribuição de material impresso, entre outros.

Nessa direção, estudos sobre perfil de visitantes em unidades de conservação podem gerar informações estratégicas sobre as principais motivações almejadas e, também, sobre o nível de satisfação em relação às experiências vivenciadas durante a visita. Essas informações possibilitam o reconhecimento dos diferentes perfis de visitantes e a posterior adequação dos serviços prestados. A busca pela promoção de experiências de qualidade e que superem as expectativas inicialmente estabelecidas são decisivas no processo de sensibilização e fidelização dos visitantes, que passam a atuar como parceiros dos parques e corresponsáveis pelo alcance de seus objetivos, transformando-se assim em multiplicadores dos propósitos de conservação e da relevância e riqueza do patrimônio natural e cultural protegido por essas unidades.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Maria Alice Cunha; ZAMBONI, Roberto Aricó. *Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito, MS*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2000.

BARROS, Maria. *Caracterização da visita, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia*. Universidade de São Paulo, Piracicaba, junho de 2003.

BARROS, Maria; DINES, Milton. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: SERRANO, C. (Org.). *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos, p.47-84, 2000.

BRANDÃO, Julia; CORDEIRO, Juni; CALAZANS, Giovanna; SANTIGAGO, Grazielle; CORDEIRO, José Luiz; GUIMARÃES, Juliana. Perfil dos visitantes das cachoeiras Alta e do Patrocínio Amaro, distrito de Ipoema, Itabira (MG), como subsídio ao desenvolvimento turístico em bases sustentáveis. *Research, Society and Development*, v.7, n.3, p.01-15, 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Ecoturismo: orientações básicas*. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. *Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação*. MMA, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas. Brasília: MMA, 2006.

BRASIL, MICT. *Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo*. Brasília: Ministério da Ind. Com. e Turismo – MICT; Ministério do Meio Ambiente, 1994.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Ministério do Turismo. *Programa de Turismo nos Parques*. Brasília: MMA-MTur, 2008.

CANTO-SILVA, Celson; SILVA, Jordana. Panorama da visitação e da condução de visitantes em Parques brasileiros. *Rev. Bras. Pesq. Tur.* São Paulo, vol.11, nº2, pp. 347-364, maio/ago, 2017.

CASSIANO, Andréia; SILVA, Danilo; SEVERIAN, Bruno; LOPEZ-RICHARD, Victor. Desafíos de la capacitación y licenciamiento de los guías de unidades de conservación. Núcleo Picinguaba del Parque Estadual Serra do Mar, São Paulo Brasil. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v. 25, nº4, pp. 483-501, 2016.

CARRÉ, Elizabeth. Perfil del visitante del parque nacional Desierto del Carmen. *El Periplo Sustentable, Tenancingo*, nº12, pp.133-147, maio, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia. *Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares*. [S.l: s.n.], 2007.

DALL’OGLIO, Onice; SHENG, Lee Yun; BENITEZ, Natalia. Perfil dos visitantes do Parque dos Buritis, município de Lucas do Rio Verde-MT. *Nativa, Sinop*, v.5, n.2, p.107-113, mar./abr. 2017.

DUTRA, Veruska; SENNA, Mary; FERREIRA, Maria; ADORNO, Lúcio. Caracterização do perfil e da qualidade da experiência dos visitantes no Parque Estadual do Jalapão, Tocantins. *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 8, nº 1, pp. 104-117, 2008.

GARCÍA, Maribel; AMORES, Lourdes; BARQUÍN, Rócio; SOTO, Irma. Perfil del visitante de naturaleza em Latioamérica: prácticas, motivaciones e imaginários. Estudio comparativo entre México y Ecuador. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v.15, nº3, pp.713-729, 2017.

GIATTI, L. & ROCHA, A. A. *Impactos ambientais do turismo na região do PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – São Paulo – Brasil*. Brasília – DF. p. 711-715. 15-22 de julho de 2001.

HOLANDA, Sandra; ARRUDA, Danielle. Calidad de servicios ecoturístico en áreas de protección ambiental. El caso de Jericoacoara, Ceará, Brasil. *Estudios y Perspectivas en Turismo*. v.13, pp.111-128, 2004.

- IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). *Marco conceitual das unidades de conservação federais do Brasil*. Brasília, 1997.
- ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). *Interpretação ambiental nas unidades de conservação federais*. Brasília: ICMBio, 2018.
- KINKER, Sônia. *Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais*. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- LEE, Andrew; MAHESWARAN, Ravi. The health benefits of urban green spaces: a review of the evidence. *Journal of Public Health*, v.33, n.2, pp.212-222, 2012.
- LOBO, Heros; MORETTI, Edvaldo. Ecoturismo: as práticas da natureza e a natureza das práticas em Bonito, MS. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v.2, nº1, pp. 43-71, março/2008.
- LOPES, Cristiane. *Os becos sem saída da sustentabilidade no turismo: efeitos ambientais e sociais do crescimento urbano no distrito Serra do Cipó, Santana do Riacho/MG*. Belo Horizonte: UFMG/PPGeo, Tese (Doutorado em Geografia), 340p, 2019.
- NIEFER, Inge. Segmentación por beneficios de los visitantes de la Isla Superagüi, Brasil. Análisis multivariado para la identificación de segmentos del mercado ecoturístico. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v. 15, nº. 3, pp. 197-216, 2006.
- OLIVEIRA, Braulio; STREHLAU, Suzane; XIMENES, Régis. Atitude e comportamento de consumo em um destino ecológico: Um estudo com jovens de Ilhabela (SP, Brasil). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, v.6, nº2, pp. 247-257, mai./ago, 2012
- Organização Mundial do Turismo (OMT) & Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA). *Declaração de Ecoturismo de Quebec*. Quebec – Canadá: OMT; UNEP, 2002.
- PASSOLD, Anna; KINKER, Sonia. Visitação sustentável em Unidade de Conservação. In: PHILIPPI Jr; A.;RUSCHMANN, D.V.M (Orgs.) *Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo*. 1.ed. Barueri, SP: Manole, p.1027, 2010.
- QUEIROZ, Delson de; BRADFORD, Kika. *Manejo da Visitação em Áreas Naturais - Conceitos para planejamento*. Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro. FEMERJ N°MAN-2012/01.
- RIBEIRO, Miguel; SILVA, Priscila. A Percepção do Perfil Turístico: um Estudo de Caso da Atividade Turística de Santa Vitória do Palmar a Punta del Diablo. In: VII FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU, Foz do Iguaçu: *Anais*, pp. 1 – 14, 2014.
- ROMAGOSA, Francesc. Physical health in green spaces: Visitors' perceptions and activities in protected areas around Barcelona. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, n. 23, pp. 26-32, 2018.
- SANCHO, Altair; ALVES, Alexandre. O estado da arte das pesquisas sobre impactos do turismo em parques: uma aproximação das experiências brasileiras. *Rev. Latino-Am. Turismologia / RELAT*, Juiz de Fora, v.3, n.1, pp.21 –36, Jan./Jun, 2017.

ERRATA

- Na *Capa* da revista Geografias, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018:

Onde se lia:

“Julho - Dezembro de 2018 vol. 26 - nº 2 2018”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018”

- Na *Ficha catalográfica* da revista Geografias, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018:

Onde se lia:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - Vol. 26 nº 2 (Jul-Dez) 2018 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2018”

Leia-se:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - Vol. 14 nº 2 (Jul-Dez) 2018 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2018”

- No artigo *Fragilidade emergente da bacia hidrográfica do rio Duas Bocas, Espírito Santo: uma análise integradora da paisagem*, de autoria de James Rafael Ulisses dos Santos e Eberval Marchioro, publicado na revista Geografias, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.26, n.2, 2018”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018”

- No artigo *Cartografias como denúncia: as ameaças às Terras Indígenas no Estado de Rondônia*, de autoria de Alex Mota dos Santos e Salete Kozel, publicado na revista Geografias, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.26, n.2, 2018”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018”

- No artigo *Ecoturismo em áreas protegidas: um olhar sobre o perfil de visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca, Minas Gerais, Brasil*, de autoria de Altair Sancho-Pivoto, Alexandre Fonseca Alves e Maria Clara Rezende Rocha, publicado na revista Geografias, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.26, n.2, 2018”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018”

- No artigo *Mobilidade pendular e autossuficiência econômica na Periferia Metropolitana de Belo Horizonte/MG*, de autoria de Carlos Lobo, Leandro Cardoso, Ralfo Matos e Eduardo Guimarães, publicado na revista Geografias, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.26, n.2, 2018”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018”

- No artigo *Lugares e paisagens virtuais: uma aproximação conceitual e metodológica de representações geográficas em jogos digitais*, de autoria de Leandro Cosme Oliveira Couto, Lucas Diniz de Areda, Luiz Eduardo Panisset Travassos e Sandro Laudares, publicado na revista Geografias, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.26, n.2, 2018”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018”

- No artigo *Lógica fuzzy associada ao risco de inundação no município de Nova Lima/MG*, de autoria de Júlio Ramissés Ladeia Ramos, Marcos Antônio Timbó Elmiro, Marcelo Antonio Nero, Plínio da Costa Temba e Gilmar Rosa, publicado na revista Geografias, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.26, n.2, 2018”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018”

- No documento *Teses e Dissertações defendidas no Programa de Pós - Graduação em Geografia*, publicado na revista Geografias, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.26, n.2, 2018”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 14, n. 2, jul./dez. 2018”